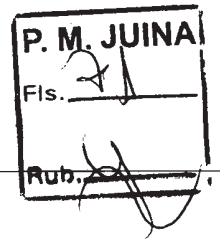




MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 012/2018

Termo de Colaboração celebrado entre o **MUNICÍPIO DE JUÍNA** e **ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ATLETISMO**.

PREÂMBULO

Pelo presente **Termo de Colaboração**, de um lado o **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal, situada a Travessa Emmanuel, nº 33N, Centro, inscrito no **CNPJ/MF** sob nº **15.359.201/0001-57**, neste ato representado pelo Prefeito, portador da Cédula de Identidade nº **14R/1.146.550** e inscrito do **CPF/MF** sob o nº **549.491.659-68**, residente e domiciliado na Rua Bertholdo Scheffer, nº 53N, Bairro Módulo 04, na cidade de Juína/MT, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e a **ASSOCIAÇÃO JUINENSE ATLETISMO**, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **10.997.703/0001-90**, sediado na Rua Jaime Proni, s/nº - Centro, no município de Juína, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu diretor presidente **REGINALDO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **1396649-9**, SSP/PR e inscrito no **CPF/MF** sob o nº **000.079.471-60**, residente e domiciliado no município de Juína/MT, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, celebram o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, de acordo com o Processo de Inexigibilidade n.º 024/2018 observadas as disposições da Leis Federais n.º 8.666/1993, n.º 13.019/2014 e das demais normas que regulam a espécie, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

A presente Colaboração tem por objeto a colaboração entre o **MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT** e a **ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ATLETISMO**, tem por objeto repasse de recursos financeiros destinados para ajuda de custeio de despesas com a manutenção da equipe da Associação Juinense de Atletismo do município de Juína-MT para sua participação em competições Regionais, Estaduais e Federais e para Realização da 7ª edição da Corrida do Vale do Juruena com o objetivo de enfatizar a importância da prática do esporte como forma de manter uma vida mais saudável e ativa.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

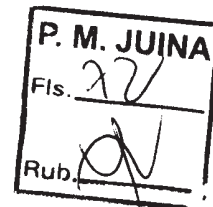
A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá cumprir a presente colaboração dotando-a de infraestrutura, bem como equipe com perfil para desenvolver as atividades constantes no Plano de Trabalho.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



- I - Todas as competições em público que a OSC participar sendo ela em todo o território nacional, deve ser usado à camiseta com a logo da Prefeitura de Juína divulgando o município;
- II - Divulgar o município em entrevistas nas mídias escrita, falada, televisionada.
- III - Realizar a 6ª edição da Corrida do Vale do Juruena ofertando todo o suporte necessário para sua realização.

Parágrafo 1º - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá zelar pela aplicação físico-financeira da parceria.

- I – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria;
- II – Zelar pela manutenção da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO;
- III – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;
- IV – Apresentar, ao MUNICÍPIO, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal de todos os beneficiados.
- V – Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusula oitava da presente Colaboração;
- VI – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;
- VII – Apresentar mensalmente, na ocasião da prestação de contas, cópias de Certidão Negativa de Débitos, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;
- VIII – Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;
- IX – Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;
- X – Admitir-se-á excepcionalmente, que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL faça a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias para anuência da respectiva Secretária.
- XI – Em cumprimento ao disposto no artigo 28, do Decreto Municipal nº 845 de 29 de novembro de 2016, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá prever em seus estatutos as disposições do artigo 33 da Lei Federal 13.019/2014 e apresentar a seguinte documentação:
 - a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - b) Regularidade perante a Seguridade Social – CND/INSS e o Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS);
 - c) Comprovante de inexistência de registros no CADIN Municipal;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. 23
Rub. 1

d) Declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar parceria previstos no artigo 39 da lei Federal 13.019/2014;

e) Declaração de pelo menos 01 (um) dirigente, assinada pelo próprio, atestando que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

f) Declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;

g) Declaração, sob as penas da lei, que não emprega ninguém em regime de trabalho escravo.

XII – Assegurar ao MUNICÍPIO através da Comissão de Monitoramento e Avaliação, vinculada à Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto desta Colaboração.

XIII- Em atendimento ao artigo 2º da Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá divulgar em seu sítio eletrônico o recurso recebido e a destinação a ele atribuída, sem prejuízo de outras formas de divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Efetuar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o parcelamento da seguinte forma:

a) 1ª parcela em Maio/2018: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);

b) 2ª parcela em Setembro/2018: R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

c) 3ª parcela em Novembro/2018: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

II - O depósito bancário ocorrerá em conta corrente de banco público, utilizado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para execução da presente Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes, referentes às despesas efetuadas;

III – Manter banco de dados de usuários/as do serviço;

IV - Supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das atividades objeto desta Colaboração;

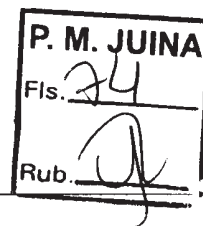
V - Assinalar prazo para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

VI - Encaminhar a prestação de contas quando solicitado pelos órgãos de controle externo e interno, no prazo legal e regimental;

VII - Demais obrigações estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



CLÁUSULA QUARTA
DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho proposto pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter:

- I – Descrição sintética do objeto da parceria;
- II – Justificativa de proposição;
- III – Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;
- IV - prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;
- V - definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- VI - elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;
- VII - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;
- VIII - estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;
- IX - valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;
- X - modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 01 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA
DA GESTORA DA PARCERIA

Fica designada pela Portaria nº 1.786/2017 o Sr. **WILSON PEREIRA DE CASTRO FILHO** como Gestor da presente parceria.

CLÁUSULA SEXTA
DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Conforme Lei 13.019/2014, no Artigo 59, inciso VI, parágrafo 2º a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo realizará o Monitoramento e Avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA
DAS IRREGULARIDADES



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fls. 35
Rub. [assinatura]

Constatada a ocorrência de irregularidades pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá ser cientificada, por intermédio de Notificação de Ocorrência emitida pela própria Secretaria.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA

DA VIGÊNCIA

Esta Colaboração terá a vigência a partir da data de assinatura, com término previsto para 28 de Fevereiro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, após manifestação por escrito do titular da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do respectivo gestor. Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA NONA

DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

Os dispêndios decorrentes da execução da presente Colaboração correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, na seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
100 – Departamento de Desportes
27 – Desporto e Lazer
812 – Desporto Comunitário
0009 – Esporte para Todos
1911 – Termo de Colaboração
3350.41.00.00.00 – Contribuições R\$ 15.000,00

Parágrafo 1º - O repasse da segunda parcela fica condicionado à apresentação e aprovação da prestação de contas da primeira parcela, nos termos estabelecidos na clausula oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL apresentará prestação de contas ao Setor de Convênios do MUNICÍPIO, parcial e anual, de acordo com as instruções da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e as normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado:

1) Prestação de contas mensal: até o 5º dia útil do mês subsequente ao do repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme descrito no Plano de Trabalho, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA	
Fis.	36
Rub	

recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; certidão negativa de regularidade de situação junto à Previdência Social (CND) – (CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal dos atendidos.

II) Prestação de contas final: deverá ser apresentada até 30 de setembro de 2017, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e MUNICÍPIO (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade. Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais até 30 de setembro do exercício a que se refere o repasse.

Parágrafo 1º - Apresentada a prestação de contas parcial e final, o Setor de Convênios deve solicitar relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação para emitir laudo final contendo parecer:

a) Técnico quanto à execução física e atingimento dos objetivos da Colaboração.

b) Financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos da Colaboração.

Parágrafo 2º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da Colaboração.

Parágrafo 3º - Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

Parágrafo 4º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação pelo Setor de Convênios, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Fica estabelecida a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

Parágrafo Único - A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

Parágrafo 1º - Fica assegurado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. 22
Rub. [assinatura]

de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

Parágrafo 2º - Fica estabelecida a obrigação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, nos termos desta Lei, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA RESTITUIÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I. A inexecução do objeto desta Colaboração;
- II. Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
- III. Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

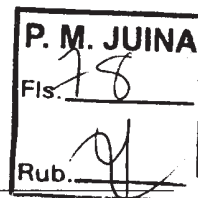
Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS ALTERAÇÕES

Esta Colaboração poderá ser aditada, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do MUNICÍPIO, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Juína para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Juína/MT, 17 de Maio de 2018.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Administrador Público

ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ATLETISMO
REGINALDO FERREIRA DA SILVA
Dirigente

TESTEMUNHAS:

WILSON PEREIRA DE CASTRO FILHO
Gestor
CPF/MF Nº 096.160.818-88

MICHELLE BLATT
Testemunha
CPF/MF Nº 025.562.421-24

PLANO DE TRABALHO – ANEXOS I a V

P. M. JUINA
Fls. 701
Rub. [assinatura]

 MUNICÍPIO DE JUÍNA PODER EXECUTIVO ESTADO DE MATO GROSSO	CADASTRO DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES E DOS DIRIGENTES	ANEXO I
---	--	----------------

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE

1 – NOME DO PROPONENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA		2 – CNPJ 15.359.201/0001-57	
3 – ENDEREÇO COMPLETO TRAVESSA EMMANUEL, N 33N - CENTRO		4 – MUNICÍPIO Juína	
5 – CEP 78.320-000	6 – DDD	7 – TELEFONE	8 – FAX
9 – E-MAIL prefeitura@juina.mt.gov.br			

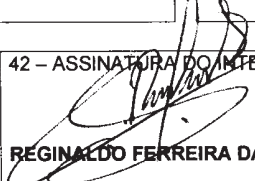
II – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE

10 – NOME DO DIRIGENTE ALTIR ANTÔNIO PERUZZO		11 – CPF Nº 549.491.659-68	12 – Nº RG / DATA/ÓRGÃO EXPEDIDOR 1881142-6 SSP/PR
13 – CARGO PREFEITO		14 – FUNÇÃO PREFEITO	
15 – ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO RUA BERTOLDO SHAEFFER, N. 53N – MÓDULO 04		16 – MUNICÍPIO JUÍNA	17 – CEP 78.320-000
18 – DDD 66	19 – TELEFONE 3566-8300	20 – E-MAIL altirperuzzo@yahoo.com.br	

III – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERADA

21 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ATLETISMO		22 – CNPJ Nº 10.997.703/0001-90	
23 – ENDEREÇO COMPLETO RUA JAIME PRONI - CENTRO		24 – MUNICÍPIO JUÍNA	25 – CEP 78.320-000
26 – DDD	27 – TELEFONE	28 – FAX	29 – E-MAIL aja@hotmail.com

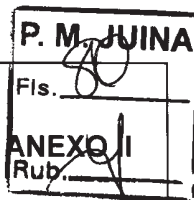
IV – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERADA

30 – NOME DO DIRIGENTE REGINALDO FERREIRA DA SILVA		31 – CPF Nº 000.079.471-60	32 – Nº RG / DATA/ÓRGÃO EXPEDIDOR 1396649-9 SSP/MT
33 – CARGO PRESIDENTE		34 – FUNÇÃO PRESIDENTE	
35 – ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO RUA DAS SERIEMAS, Nº 156, MÓDULO 04		36 – MUNICÍPIO JUÍNA	37 – CEP 78.320-000
38 – DDD 66	39 – TELEFONE 9 9955-6712	40 – E-MAIL	
41 – LOCAL E DATA 17/05/2018	42 – ASSINATURA DO INTERVENIENTE  REGINALDO FERREIRA DA SILVA		43 – ASSINATURA DO PROPONENTE 



**MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO**

**DADOS
DO
PROJETO**



I - DADOS DO PROJETO

51- DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto repasse de recursos financeiros destinados para ajuda de custeio de despesas com a manutenção da equipe da Associação Juinense de Atletismo do município de Juína-MT para sua participação em competições Regionais, Estaduais e Federais e para Realização da 7ª Edição da Corrida do Vale do Juruena com o objetivo de enfatizar a importância da prática do esporte como forma de manter uma vida mais saudável e ativa.

52 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O atletismo é um esporte que oferece inúmeros benefícios para a saúde de seus praticantes, sendo eles fisiológicos e psicológicos. Com a prática do atletismo, há uma maior conscientização da importância de manter a saúde do corpo e da mente, enriquecimento pessoal por meio das experiências vividas durante os treinamentos e as competições, onde crianças e adolescentes podem ter a oportunidade de se desenvolver, afirmar suas identidades, auto-estima e autoconfiança. Os esforços e as experiências vividas no atletismo podem ser transferidas e aplicadas em outras áreas de trabalho e da vida pessoal, os adultos podem melhorar sua qualidade de vida e continuar criando desafios pessoais através da prática deste esporte.

O atletismo reúne o povo em eventos de rua, competições de forma saudável, sendo um esporte que promove igualdade entre os participantes, onde qualquer pessoa, independente da sua religião, fator socioeconômico, raça e condição física pode praticar o esporte e participar de competições da sua categoria ou modalidade.

Desta forma, a Associação Juinense de Atletismo realizará a **6ª edição da Corrida Vale do Juruena** com o objetivo de enfatizar a importância da prática do esporte como forma de manter uma vida mais saudável e ativa. Sendo realizada de acordo com as categorias abaixo relacionadas.

- GERAL LIVRE TANTO PARA O MASCULINO COMO PARA O FEMININO.

- INDIVIDUAL MASCULINO POR FAIXA ETÁRIA:

7.500 km de 18 a 39 anos de idade

7.500 km de 40 a 50 anos de idade

7.500 km de 51 a 59 anos de idade.

7.500 km de 60 anos de acima.

- INDIVIDUAL FEMININO POR FAIXA ETÁRIA:

5.000 km de 18 a 35 anos de idade

5.000 km de 36 a 50 anos de idade

5.000 km de 51 anos acima

II - PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

56 - EM MESES

09 meses

57 - INÍCIO DO PROJETO

17/05/2018

58 - TÉRMINO DO PROJETO

28/02/2019

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS

- META	2 - ETAPA/FASE	3 - ESPECIFICAÇÃO	4 - INDICADOR FÍSICO		5 - PREVISÃO DE EXECUÇÃO	
			UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1	1.1	AQUISIÇÃO DE TÊNIS ESPORTIVO COM AMORTECEDOR PARA CORRIDA	UN	09	17/05/2018	28/02/2019
	1.2	AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS VITAMINICOS	KIT	06	17/05/2018	28/02/2019
	1.3	DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	UN	01	17/05/2018	28/02/2019
	1.4	DESPESAS COM HOSPEDAGEM	UN	01	17/05/2018	28/02/2019
	1.5	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES / AÉREA	UN	-	17/05/2018	28/02/2019
	1.6	DESPESAS COM INSCRIÇÕES PARA COMPETIÇÕES	UN	-	17/05/2018	28/02/2019
	1.7	CONTRATAÇÃO DE SOM PARA SUPORTE DA CORRIDA DE RUA	UN	-	17/05/2018	28/02/2019
	1.8	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA CORRIDA DE RUA	CAIXA	-	17/05/2018	28/02/2019
	1.9	AQUISIÇÃO DE GELO PARA CORRIDA DE RUA	BARRA	-	17/05/2018	28/02/2019
	2.0	PREMIAÇÃO PARA CORRIDA DE RUA	CLASSIFICAÇÃO	-	17/05/2018	28/02/2019

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS, POR NATUREZA DE DESPESA

TUREZA DE DESPESA	7 - DISCRIMINAÇÃO	8 - RECURSOS DO COOPERANTE	9 - TOTAL GERAL
3190.11	PESSOAL	0,00	
3390.14	DIÁRIAS	550,00	
3390.30	MATERIAL DE CONSUMO	5.550,00	
3390.33	PASSAGENS	2.500,00	
3390.35	CONSULTORIAS	0,00	
3390.36	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA (PREMIAÇÃO)	4.900,00	
3390.39	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INCLUSIVE REFORMAS)	1.500,00	
	SUBTOTAL DESPESAS CORRENTES	15.000,00	
4490.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
	SUBTOTAL DESPESAS DE CAPITAL		
	10 - TOTAL GERAL	15.000,00	

P. M. JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

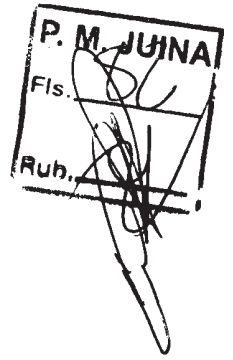


RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

ANEXO V

[illegible]

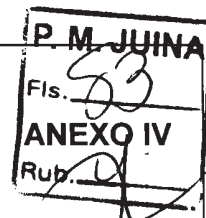
dicar como será a manutenção dos equipamentos: **1** – Para manutenção própria ou **2** – Para manutenção a ser contratada





MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

CRONOGRAMA DE
PAGAMENTOS



I – CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE (ÓRGÃO DO MUNICÍPIO)

ANO
2018

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1					R\$ 3.500,00	

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1			R\$ 8.000,00		R\$ 3.500,00	

IV - APROVAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA aprova o presente Plano de Trabalho, na forma proposta.

Local e Data

JUÍNA-MT, 17 DE MAIO DE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

ALTIR ANTONIO PERUZZO

Assinatura do Dirigente do Órgão

PREFEITO MUNICIPAL